EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2021 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas..

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 21 (c) às Informações Trimestrais (ITR), que descreve a natureza e as ações tomadas pela administração da Companhia em relação ao inquérito em andamento. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 maio de 2021

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando

Contador CRC 1SP217518/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Contr	oladora	Consc	olidado	_	Nota	Cont	roladora	Cons	olidado
ATIVO	Explicativa	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÖNIO LÍOUIDO	Explicativa	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.152	5.818	1.526.909	1.342.219	Fornecedores		1.468	265	131.579 508.772	135.521
Aplicacões financeiras Aplicacões financeiras - conta reserva	6 7		260	77.868	51.791 62.532	Empréstimos e financiamentos Debêntures	14 15	153.767 150.541	135.522 149.563	1.139.654	485.975 1.092.648
Ablicacoes financeiras - conta reserva Clientes	8			227.449	183.607	Arrendamentos a pagar	16	54	86	20.320	23.412
Tributos a recuperar	0	1.332	1.414	51.052	58.456	Impostos, taxas e contribuições a recolher	10	154	62	52.027	53.204
Despesas antecipadas		302	506	15.177	13.443	Obrigações sociais e trabalhistas		10.066	9.419	97.508	86.540
Partes relacionadas	17	472	373	1	1	Partes relacionadas	17	-	-	5.778	9.888
Outros créditos - Venda participação		11.552	11.957	11.552	11.957	Obrigações com Poder Concedente	20.a)	-	-	94.488	93.086
Outros créditos		3.525	2.269	34.070	26.082	Provisão para imposto de renda e contribuição social	13.c)	-	-	20.814	24.970
Total do ativo circulante		22.335	22.597	1.944.078	1.750.088	Provisão para manutenção	18	-	-	258.696	262.142
						Provisão para construção de obras futuras	19	-	-	12.977	1.618
NÃO CIRCULANTE						Acordo de Leniência		3.910	3.900	93.677	97.870
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	65.463	64.957	Acordo de Não Persecusão Cível - ANPC	21.d)	27.777	26.450	27.778	26.450
Tributos diferidos	13.a)	-	-	273.392	252.704	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	10.532	10.601
Depósitos judiciais	9	2.666	2.666	209.307	209.082	Outras contas a pagar	21.a)	2.617	2.616	115.442	114.774
Partes relacionadas	17	5.327	5.304	-	-	Total do passivo circulante		350.354	327.883	2.590.042	2.518.699
Despesas antecipadas				5.060	6.087						
Outros créditos - Venda participação		49.050	51.554	49.050	51.554	NÃO CIRCULANTE		4 440 000	4 407 044	2 560 520	2 520 260
Outros créditos		12.740	12.748	20.167 15.630	20.642 15.558	Empréstimos e financiamentos Debêntures	14 15	1.110.000	1.107.841	2.568.539 4.360.510	2.539.369 4.340.123
Tributos a recuperar Ativo sujeito, à indenização		-	-	140.384	134.278	Arrendamentos a pagar	16	-		16.123	16.990
Investimentos:				140.504	134.270	Tributos diferidos	13.a)	_	_	1.136	1.551
Em controladas e coligadas	10.a) e .b)	1.536.166	1.420.826	166	166	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	22	_	_	240.832	239.058
Ágio	10.c)	40.313	40.441	-	-	Provisão para manutenção	18	-	-	203.930	193.812
Imobilizado	11	1.707	1.714	424.692	433.083	Provisão para construção de obras futuras	19	-	-	27.633	38.097
Intangível	12	154	176	8.197.543	8.155.441	Obrigações com Poder Concedente	20.a)	-	-	954.033	910.275
Total do ativo não circulante		1.648.123	1.535.429	9.400.854	9.343.552	Acordo de Leniência	,	17.129	17.039	78.233	84.186
						Acordo de Não Percecusão Cível - ANPC	21.d)	21.027	21.027	21.027	21.027
						Outras contas a pagar - Aguisição de empresas		-	-	24.954	26.218
						Outras contas a pagar		27.782	28.055	113.774	108.054
						Total do passivo não circulante		1.175.938	1.173.962	8.610.724	8.518.760
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23				
						Capital social	23	360.900	360,900	360.900	360.900
						Reserva de capital - plano de opcão com base em acões		56.936	56.936	56.936	56.936
						Reserva de capital - alienação part, acionistas não controladores		14.219	14.219	14.219	14.219
						Acões em tesouraria		(9.387)	(9.387)	(9.387)	(9.387)
						Prejuízos acumulados		(278.502)	(366.487)	(278.502)	(366.487)
						Total do patrimônio líquido		144.166	56.181	144.166	56.181
TOTAL DO ATIVO		1.670.458	1.558.026	11.344.932	11.093.640	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.670.458	1.558.026	11.344.932	11.093.640

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado		
	<u>Explicativa</u>	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	
RECEITA LÍQUIDA	24	-	-	1.005.874	970.026	
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(557.076)	(527.561)	
LUCRO BRUTO		-	-	448.798	442.465	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS Despesas gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial Amortização do ágio sobre investimento Outras receitas (despesas), líquidas	25 10.a) 10.c)	(6.630) 117.009 (128) 182	(10.761) 136.241 (2.897) 172	(61.154) - - 1.367	(70.773) - - 1.804	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		110.433	122.755	389.011	373.496	
RESULTADO FINANCEIRO Receitas financeiras Despesas financeiras	26 26	841 (23.289) (22.448)	1.565 (24.481) (22.916)	17.315 (261.455) (244.140)	22.617 (215.697) (193.080)	
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA						
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		87.985	99.839	144.871	180.416	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes Diferidos	13.b) 13.b)		- - -	(77.989) 21.103 (56.886)	(99.212) 18.635 (80.577)	
LUCRO DO PERÍODO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS LUCRO DO PERÍODO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		87.985	99.839	87.985 -	99.839	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		87.985	99.839	87.985	99.839	
ATRIBUÍVEL A: Participação dos acionistas controladores		87.985	99.839	87.985	99.839	
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	27 27	0,15768 0,15768	0,17893 0,17889	0,15768 0,15768	0,17893 0,17889	
LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	27 27	0,15768 0,15768	0,17893 0,17889	0,15768 0,15768	0,17893 0,17889	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Conso	lidado		
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020		
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	87.985	99.839	87.985	99.839		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-		
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	87.985	99.839	87.985	99.839		
ATRIBUÍVEL A: Acionistas controladores			87.985	99.839		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

		Atribuível aos acionistas da Companhia					Participação dos acionistas		
			Reservas de capital,	Reservas de lucros				não controladores	
	<u>Nota</u> explicativa	Capital <u>social</u>	Opções Outorgadas e <u>Ações em tesouraria</u>	<u>Legal</u>	Orçamento de capital	Prejuízo <u>acumulado</u>	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio <u>líquido consolidado</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		360.900	36.950	46.140	196.821	(185.460)	455.351		455.351
Ações em tesouraria - exercício plano de opções de ações Lucro Líquido do período		-	24.818	-	-	- 99.839	24.818 99.839	-	24.818 99.839
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020		360.900	61.768	46.140	196.821	(85.621)	580.008		580.008
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		360.900	61.768			(366.487)	56.181		56.181
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	87.985	87.985	-	87.985
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		360.900	61.768			(278.502)	144.166		144.166
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Contro	ladora	Conso	idado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020	
RECEITAS					
Com arrecadação de pedágio	-	-	829.298	779.136	
Com construção	-	-	169.553	202.027	
Portuárias	-	-	128.926	86.563	
Logística	-	-	7.351	7.216	
Acessórias e prestação de serviços intercompany	-	-	25.593	24.989	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos serviços prestados	-	-	(329.749)	(335.512)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.337)	(6.416)	(26.553)	(34.987)	
Outros	-	-	(53.570)	(40.597)	
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO	(2.337)	(6.416)	750.849	688.835	
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(155)	(419)	(154.300)	(125.845)	
AMORTIZAÇÃO DE INVESTIMENTOS	(128)	(2.897)	-	-	
VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO	·		·		
PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(2.620)	(9.732)	596.549	562.990	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Receitas financeiras	841	1.565	17.315	22.617	
Resultado de equivalência patrimonial	117.009	136.241	-	-	
Outros	182	172	1.367	1.804	
	118.032	137.978	18.682	24.421	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	115.412	128.246	615.231	587.411	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	115.412	128.246	615.231	587.411	
Pessoal	3.814	3.911	104.075	97.857	
Remuneração direta	3.653	3.729	77.944	75.336	
Benefícios	102	101	20.387	17.821	
FGTS	59	81	5.744	4.700	
Impostos, taxas e contribuições	-	-	158.163	169.885	
Federais			107.556	124.246	
Estaduais	-	-	3	-	
Municipais	-	-	50.604	45.639	
Remuneração de capitais de terceiros	23.613	24.496	265.008	219.830	
Juros	21.239	20.666	99.481	113.201	
Aluguéis	324	15	3.553	4.133	
Outros efeitos financeiros	2.050	3.815	161.974	102.496	
Remuneração de capitais próprios	87.985	99.839	87.985	99.839	
Lucro Líquido do período	87.985	99.839	87.985	99.839	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	21/03/2021	dora 31/03/2020	Conso 31/03/2021	31/03/2020
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do período das operações continuadas	87.985	99.839	87.985	99.839
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	155	419	154.300	125.845
Atualização monetária Ativo sujeito a indenização Amortização de ágio	128	2.897	(6.106) -	-
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	-	-	3.731	2.283
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	21.383	23.375	184.614	173.035
Variação monetária com Poder Concedente Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	67.034 2.514	30.107 3.430
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-	-	3.587	2.671
Provisão para manutenção e provisão para construção de obras	-	=	32.072	31.068
Atualização monetária da provisão para manutenção e construção de obras Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	-	-	10.852 (585)	10.133 (1.091)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	-	1.175	(307)
Resultado de equivalência patrimonial e juros sobre capital próprio	(117.009)	(136.241)	- (575)	(923)
Atualização monetária dos depósitos judiciais Atualização monetária aquisição participação	_	(80)	(575) 1.356	1.044
Tributos diferidos	-	-	(21.103)	(18.635)
Juros ativos sobre venda participação Elog	(780) (27)	(1.079) (55)	(780)	(1.079)
Juros ativos - mútuos Provisão e atual. monetária: Acordo Leniência/ex-executivos colaboradores/Não Persecução				
Cível-ANPC	1.427	405	1.824 (15.479)	3.439 (12.029)
Capitalização de juros Obrigações com Poder Concedente	-	-	19.874	17.506
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-	77.989	99.212
Variação nos ativos operacionais:				
Clientes	-	-	(45.017)	(4.765)
Partes relacionadas - clientes	(99)	196	7 222	10 207
Tributos a recuperar Despesas antecipadas	82 204	576 204	7.332 (707)	10.287 (1.252)
Depósitos judiciais	-	(11)	350	1.353
Outros créditos	(1.248)	1.247	(7.513)	(19.273)
Variação nos passivos operacionais:				
Fornecedores	1.203	(442)	(3.942)	(28.427)
Obrigações sociais e trabalhistas Partes relacionadas - fornecedores	647 -	271 -	10.968 (4.110)	(4.841) (11.604)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	92	(245)	(1.177)	(6.965)
Pagamento Acordo de leniência / Ex-executivos colaboradores	_	-	(10.642) (4.327)	(62.153) (2.947)
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias Pagamentos de provisão para manutenção e construção de obras	-	-	(36.591)	(18.928)
Outras contas a pagar	(272)	(103)	6.388	5.578
Obrigações com Poder Concedente Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(21.066) (82.145)	(19.613) (81.333)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(6.129)	(8.827)	412.080	320.665
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	2.000	-	_	_
Aquisição de imobilizado e intangível	(126)	(9)	(170.687)	(232.423)
Investimento em controladas - redução de capital	- 3.689	80 3.597	3.689	80 3.596
Efeito de pagamento/recebimento por venda da Elog Aplicações financeiras - conta reserva	5.005	-	(15.257)	(15.150)
Aplicações financeiras	260	(12.632)	51.791	(703.979)
Investimento em controladas - aportes de capital Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(331)	(9.100)	(130.464)	(947.876)
cana ngalao (apincado has) gerado pelas davidades de investimento		()	(=====,	(2)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	4	0		
Partes relacionadas - mútuos Obrigações com Poder Concedente	-	8 -	(21.327)	(20.506)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	44.846	(48)
Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos Pagamento de ações em tesouraria e exercício opções - <i>stock options</i>	(32)	(285) 24.818	(46.704)	(47.635) 24.818
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	-	-	3
Aquisição de participação - acionistas não controladores - Eco101	-	-	(2.689)	(1.709)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(1)	24.531	(71.052)	(36.903)
caixa iliquido (apricado nas) gerado pelas acividades de imanciamento	(23)	211351	(30.320)	(01.500)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(666)	(2.360)	184.690	(709.191)
		45		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5.818 5.152	15.275 12.915	1.342.219 1.526.909	1.856.248 1.147.057
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(666)	(2.360)	184.690	(709.191)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui dez concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em oito estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste e Centro Oeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 07 de maio de 2021.

a) Impactos COVID-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus ("COVID-19") constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional.

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia. Os governos passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, que têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo.

As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação do COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Com o objetivo de auxiliar as empresas na mitigação dos efeitos da pandemia, o Governo publicou através de decretos e medidas provisórias diversas medidas de auxílio econômico e financeiro. A maior parte dessas medidas, tem caráter temporário e serviram para mitigar os impactos da pandemia temporariamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia não pode prever a extensão e a duração das medidas adotadas pelo governo no país, portanto, não pode prever todos os impactos diretos e indiretos da COVID-19 nos resultados operacionais e condição financeira, incluindo:

- desempenho da demanda de tráfego de veículo de passeio e comercial;
- o impacto nos custos ou no acesso a capital e recursos de financiamento e na capacidade de cumprir os *covenants* dos contratos de crédito; e
- incorrerá em contingências relevantes relacionadas à COVID-19.

No entanto, com base nas incertezas mencionadas acima, a Companhia vem monitorando a evolução da pandemia causada pelo COVID-19. A Companhia criou comitês de crise, incluindo pessoas chaves para monitorar, analisar e decidir as ações para minimizar os impactos, garantindo a continuidade das operações e promovendo principalmente a saúde e segurança para todos os colaboradores envolvidos em suas operações, bem como a adoção do trabalho remoto para todos os funcionárias que possam realizar suas atividade fora das instalações da Companhia.

O Grupo EcoRodovias vem contando com empresas parceiras para ação de apoio aos caminhoneiros. Estas empresas parcerias juntaram-se as concessionárias para ampliar o atendimento que já vinha sendo feito aos caminhoneiros desde o início da pandemia, a ação conta com distribuição de marmitas, entrega de *kits* de higiene contendo sabonete, álcool gel, luvas e máscaras de proteção, e doação de alimentos não perecíveis.

Os itens têm sido entregues nas bases de atendimento aos usuários, postos policiais e em postos de serviço instalados ao longo das rodovias

As ações e decisões são constantemente analisadas pela Administração e pelos comitês, de acordo com a evolução dos cenários globais.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020"), publicadas no dia 11 de março de 2021 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.gov.br/cvm, www.b3.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMA

As normas, alterações e interpretações existentes com a adoção inicial em 1º de janeiro de 2021 não tem impacto relevante sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia

4. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No período de três meses findo em 31 de março de 2021, não houve alterações nas estimativas e premissas que apresentassem um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas nas demonstrações financeiras anuais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Control	adora	Consolidado		
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
Caixa e bancos Aplicações financeiras:	14	16	20.769	24.510	
Fundo de investimento	4.251	5.625	1.362.437	1.122.319	
Operações compromissadas Certificado de depósito	724	-	11.931	6.965	
bancário CDB	-	-	122.038	171.694	
Aplicações automáticas	163	177	9.734	16.731	
	5.152	5.818	1.526.909	1.342.219	

Em 31 de março de 2021, não houveram alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado		
31	/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	
				_	
Recursos não vinculados	-	260		51.791	

Em 31 de março de 2021, não houveram aplicações financeiras alocadas em LTN *over* (Letras do Tesouro Nacional).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - CONSOLIDADO

	31/03/2021	31/12/2020
Fundo de investimento	97.764	88.201
Certificado de depósito bancário (CDB)	45.567	39.288
	143.331	127.489
Circulante	77.868	62.532
Não circulante	65.463	64.957

Em 31 de março de 2021, não houveram alterações significativas em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	31/03/2021	31/12/2020
Pedágio eletrônico	185.786	147.389
Receitas acessórias	1.909	1.865
Recebíveis de portos	28.467	21.752
Outras contas a receber	20.310	20.449
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD	(9.023)	(7.848)
	227.449	183.607

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/03/2021	31/12/2020
A vencer Vencidos:	225.575	180.863
Até 30 dias De 31 a 90 dias	2.423 2.140	2.813 1.752
De 90 a 120 dias	271	253
Acima de 120 dias	6.063 236.472	5.774 191.455

A movimentação do período nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Saldo no início do período	7.848	5.855
Valores recuperados e baixados	(1.498)	(857)
Constituição de PECLD	2.673	550
Saldo no fim do período	9.023	5.548

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais são:

	Control	adora	Consoli	dado
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Natureza:				_
Cível	66	66	8.618	8.606
Tributário	-	-	5.947	5.932
Trabalhista	25	25	22.984	23.297
Meio Ambiente	-	-	61.998	61.783
Desapropriações	-	-	23.806	23.806
THC2 - Terminal Handling Charge	-	-	83.379	83.083
Outros (Distribell S.A.)	2.575	2.575	2.575	2.575
	2.666	2.666	209.307	209.082

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgados na Nota Explicativa nº 22 Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	31/12/2020	Dividendos e juros sobre capital próprio proposto	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	31/03/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(2.000)	-	106.378	1.253.335
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	-	9.597	114.759
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	256	(316)	64.156
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	1.039	14.984
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	166	=	-	=	166
EIL-01 Participações Ltda.	359	-	-	1	360
Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel	15.562	-	75	24	15.661
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	286	73.636
Lucros não realizados - Eco101	(891)	-	-	-	(891)
	1.420.826	(2.000)	331	117.009	1.536.166

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) <u>Consolidado</u>

	31/03/2021		participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial	
	Patrimônio líquido	Resultado do período	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/03/2020
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	828	-	20%	20% _	166	166	-	
				=	166	166	-	

c) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2020	Amortização	31/03/2021
Ágio – Ecosul	2.697	(128)	2.569
Mais Valia – Anish	37.744	-	37.744
	40.441	(128)	40.313

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

		Máquinas e	Móveis e							
	Hardwares	equipamentos	utensílios	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-	10,0	4,0	20,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de										
depreciação - %	5,7	2,3	5,6	-	4,7	1,0	4,7	8,1	3,9	-
				CUSTO						
Saldos em 31/12/2020	448.959	317.155	26.735	108.298	95.877	258.903	22.518	33.185	21.196	1.332.826
Adições	2.622	621	197	-	-	175	817	971	408	5.811
Baixas	(43)	(2.126)	(5)	-	-	-	(101)	-	(3.102)	(5.377)
Transferências	(44)	456	7	-	-	-	_	-	-	419
Saldos em 31/03/2021	451.494	316.106	26.934	108.298	95.877	259.078	23.234	34.156	18.502	1.333.679
				DEPRECIAÇ	ÃO					
Saldos em 31/12/2020	(361.487)	(165.661)	(19.587)	-	(56.655)	(240.940)	(20.801)	(20.781)	(13.831)	(899.743)
Adições	(6.465)	(1.781)	(373)	-	(1.126)	(616)	(270)	(685)	(179)	(11.495)
Baixas	43	2.105	5	-	-	-	96	-	-	2.249
Transferências	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Saldos em 31/03/2021	(367.907)	(165.337)	(19.955)	=	(57.781)	(241.556)	(20.975)	(21.466)	(14.010)	(908.987)
				RESIDUAI	_					
Em 31/03/2021	83.587	150.769	6.979	108.298	38.096	17.522	2.259	12.690	4.492	424.692
Em 31/12/2020	87.472	151.494	7.148	108.298	39.222	17.963	1.717	12.404	7.365	433.083

Em 31 de março de 2021, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rúbrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de março de 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	_	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,8	-	4,3	-	-
			CUSTO				
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	77.749	-	2.247	102.238	-	3.697	185.931
Baixas	(516)	-	-	(87)	-	-	(603)
Transferências	85.683	-	5	(86.107)	-	-	(419)
Saldos em 31/03/2021	11.324.856	8.561	179.185	1.131.840	1.598	77.562	12.723.602
		1A	MORTIZAÇÃO				
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(131.754)	(128)	(2.576)	-	(17)	(8.330)	(142.805)
Transferências	(8)	-	-	-	6	-	(2)
Saldos em 31/03/2021	(4.321.260)	(5.856)	(153.070)	-	(1.017)	(44.856)	(4.526.059)
			RESIDUAL				
Em 31/03/2021	7.003.596	2.705	26.115	1.131.840	581	32.706	8.197.543
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

- (a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de março de 2021, as principais adições nesta rúbrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de março de 2021 foram 4,67% a.a. (4,15% a.a. em 31 de março de 2020).
- (c) As principais adições na rúbrica "Intangível em Andamento" no período de 2021 referem-se as duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de artes especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos.

No período findo em 31 de março de 2021, foram capitalizados R\$15.479 referentes a encargos financeiros (R\$12.029 em 31 de março de 2020) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

Consolidado

_		Bal	anço patrimo	onial	Resultado
	31/12/2020	Adições	Baixas	31/03/2021	31/03/2021
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.878	-	(88)	1.790	(88)
Ecocataratas	8.464	-	(2.307)	6.157	(2.307)
Ecopátio	2.602	-	(72)	2.530	(72)
Argovias	7.720	989	-	8.709	989
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas	18.053	887	(367)	18.573	520
e tributárias					
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	137.818	20.529	(1.650)	156.697	18.879
Provisão para manutenção	154.929	14.548	(12.280)	157.197	2.268
AVP ônus Concessão	26.955	6.294	(2.586)	30.663	3.708
Perdas estimadas em créditos de	722	510	(70)	1.162	440
liquidação duvidosa - PECLD					
Efeito Lei nº12.973/14 - extinção RTT	(38.407)	-	835	(37.572)	835
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(70.067)	(5.146)	672	(74.541)	(4.474)
Outros	2.018	497	(92)	2.423	405
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	251.153	39.108	(18.005)	272.256	
Receita (despesas) de IR e CS diferido	_	-		.	21.103

⁽i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termares, Eco101, Ecoponte, Eco050, Eco135 e Ecovias do Cerrado.

Em atendimento ao CPC 32 Tributos a Recuperar, item 73, registramos em 31 de março de 2021 R\$273.392 no ativo não circulante e R\$1.136 no passivo não circulante. (Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 252.704 no ativo não circulante e R\$ 1.551 no passivo não circulante).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Lucro do período antes do imposto de renda e da				
contribuição social	87.985	99.839	144.871	180.416
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota				
combinada	(29.915)	(33.945)	(49.256)	(61.341)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(1.202)	(835)
Gratificações/PPR diretores	(159)	(157)	(339)	(442)
Equivalência patrimonial	39.787	46.322	-	-
Despesas indedutíveis	(5)	(5)	(103)	(150)
Amortização de ágio	(44)	(985)	8.161	6.214
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	357	334
Créditos tributários não constituídos (i)	(9.078)	(10.893)	(13.826)	(22.595)
Acordo Leniência/Não Persecução Cível	(485)	(138)	(620)	(1.169)
Outros	(101)	(199)	(58)	(593)
Despesa de imposto de renda e contribuição social		-	(56.886)	(80.577)
Imposto de renda e contribuição social correntes	_	_	(77.989)	(99.212)
Impostos diferidos	-	-	21.103	18.635
Taxa efetiva	-	-	39,3%	44,7%

São compostos pelas empresas EcoRodovias Infraestrutura e Logística, Ecoporto Santos, Termares e (i) Ecorodoanel.

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

A movimentação do período do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consoli	dado
	31/03/2021	31/03/2020
		_
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.970	13.382
Despesa IR/CS DRE	77.989	99.212
Total de IR/CS pagos	(82.145)	(81.333)
Saldo no fim do período provisão IR/CS	20.814	31.261

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

				Controladora		Consoli	dado
		Vencimento					
Modalidade	Companhia	final	Taxa de juros	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Em maada nasianali							
Em moeda nacional:	Faceul	06/2021	CDI 1 0F0/			252 611	240.025
CCB (a)	Ecosul	06/2021	CDI+1,85% a.a.	-	-	252.611	249.935
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5%a.a.	-	-	70	80
Finem (c)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45%a.a.	-	-	19.845	18.958
Finem (c)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45%a.a.	-	-	28.110	35.340
Finem (d)	Eco101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	155.859	159.438
Finem (d)	Eco101	06/2030	TJLP + 3,84%a.a.	-	-	225.693	229.693
Finem (e)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	_	60.193	60.260
Finem (e)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	_	127.443	121.236
Finem (e)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48%a.a.	-	-	61.620	38.634
BNDES (f)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	=	-	241.206	242.980
BDMG (g)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	=	95.134	95.832
FINISA - CEF (h)	Eco050	12/2038	TJLP + 2% a.a.	-	-	280.165	282.209
FDCO - CEF (i)	Eco050	04/2036	7,5% a.a.	-	-	146.923	131.452
7ª Emissão NP - EIL (j)	EcoInfra	03/2022	CDI+4,00% a.a.	1.263.767	1.243.363	1.263.767	1.243.363
BNDES (k)	Eco135	06/2043	TLP - BNDES	-	-	118.672	115.934
				1.263.767	1.243.363	3.077.311	3.025.344
			=				
Circulante				153.767	135.522	508.772	485.975
Não circulante				1.110.000	1.107.841	2.568.539	2.539.369

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

_	Control	adora	Consol	idado
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
2022	1.110.000	1.107.841	1.182.399	1.195.524
2023	-	-	94.742	91.494
2024	-	-	97.177	93.926
2025	-	-	101.056	97.749
2026	=	-	104.936	101.613
Posteriores a 2026	-	-	988.229	959.063
	1.110.000	1.107.841	2.568.539	2.539.369

A movimentação do período dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Saldo no início do período	1.243.363	_	3.025.344	1.382.290
Adições	-	-	44.859	-
Encargos financeiros (vide Nota				
Explicativa nº 26)	20.404	-	54.084	27.463
Pagamento principal	-	-	(23.148)	(20.037)
Pagamento de juros	-	-	(23.828)	(23.547)
Saldo no fim do período	1.263.767	-	3.077.311	1.366.169
Circulante	153.767	-	508.772	102.214
Não circulante	1.110.000	_	2.568.539	1.263.955

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Thoma	Гтописов	Instituição	Indiana financairea aviaidea	Carantias
Item	Empresa	financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Santander	Dívida Líquida / EBITDA <= 3,75	N/A
(b)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD =>1,3 / PL/AT => 20% Acionistas: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado <= 4,00	Penhor 100% Ações / Cessão Fiduciária de Direitos
(c)	Ecopistas	BNDES	(i)Patrimônio Líquido/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviços da Dívida (ICSD) ≥ 1,20; e (iii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,0.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da Concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão.
(d)	Eco101	BNDES	(i) Patrimônio Líquido/Ativo Total \geqslant 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) \geqslant 1,30.	Cessão de direitos creditórios.
(e)	Ecoponte	BNDES	(a) Da emissora (Ecoponte): (i) Patrimônio Líquido ajustado/Passivo Total ≥ 20%; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) ≥ 1,30; (iii) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ≤ 4,00; (b) Da Garantidora (Ecorodovias Concessões e Serviços): (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado ≤ 4,00.	Penhor das ações da Ecorodovias, cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte seja titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão decorrentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações. Financiado pela Ecorodovias.
(f)	Eco050	BNDES	Da Controladora Ecorodovias Concessões e Serviços: (i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado \leqslant 4,00.	,
(g)	Eco050	BDMG	Beneficiária: ICSD =<1,2 / PL/AT => 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leqslant 4,00$	Fiança Solidária / Penhor 100% das ações da Beneficiária.
(h)	Eco050	Caixa/ FINISA	Beneficiária: ICSD =<1,2 / PL/AT => 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leqslant 4,00$	Penhor 100% das ações da Beneficiária e Finaça Corporativa / Cessão Finduciária.
(i)	Eco050	FDCO	Beneficiária: ICSD =<1,2 / PL/AT => 20% Intervenientes: Dívida Líquida / EBITDA Ajustado $\leqslant 4,00$	Penhor 100% das ações da Beneficiária e Finaça Corporativa / Cessão Finduciária
(j)	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Bradesco	Não exigem manutenção de índices	N/A
(k)	Eco135	BNDES	Beneficiária: ICSD => 1,3 / PL/AT => 20%	Penhor 100% das ações/Cessão Finduciária.

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos, exceto pelos índices das controladas Eco101, Eco135, e Ecopistas, sendo este último amparado por carta fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços. A Companhia apresenta a seguir os índices financeiros em 31 de março de 2021 que podem gerar vencimento antecipado de dívida. Os demais índices apenas limitam distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Índices financeiros Ecosul (b)	Exigido	Medido
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	≤ 3.75	1.07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Ecopistas

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	96.589	114 mensais
b	85.528	85.528	82.791	114 mensais
d	27.999	27.999	21.368	114 mensais
e	21.769	21.769	13.606	10 anuais
j	11.281	11.281	6.234	114 mensais
k	22.438	22.438	12.400	114 mensais
1	9.169	9.169	4.585	10 anuais
Total	277.384	277.384	237.573	

^(*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Eco101

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
Α	188.473	188.473	42.794	150 parcelas
B1	66.237	66.237	9.188	150 parcelas
B2	52.483	52.483	6.347	150 parcelas
В3	117.799	117.799	12.894	150 parcelas
B4	28.388	=	=	150 parcelas
B5	22.493	=	=	150 parcelas
В6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	=	=	150 parcelas
C5	26.409	=	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total _	882.144	424.992	71.223	

Ecoponte

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.465	62.649	6.336	177 mensais
b	177.920	125.917	4.766	157 mensais
С	118.915	61.929	642	163 mensais
d	10.625	1.495	68	177 mensais
е	2.075	1.764	82	157 mensais
Total	417.000	253.754	11.894	_

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Eco050

		BDMG		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a b Total	85.000 35.000 120.000	85.000 13.940 98.940	3.883 378 4.261	234 mensais 234 mensais
		FINISA		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a Total	350.000 350.000	288.574 288.574	12.224 12.224	234 mensais
		BNDES		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A B1 B2 C1 C2 D1 D2 R S X Y Z	75.998 17.026 25.387 18.912 28.916 19.603 27.558 46.600 2.675 42.500 48.000 79.500	75.998 17.026 25.387 18.912 29.884 - 46.819 - 36.844 - 250.870	3.479 776 1.157 862 1.157 - 1.827 - 1.520 - 10.778	234 mensais 234 mensais
		FDCO		
Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas

Eco135

Total

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
а	71.489	71.489	1.250	276 mensais
b	661.572	47.853	-	234 mensais
С	263.289		-	234 mensais
Total	996.350	119.342	1.250	

164.899

164.899

200.000

22.000 40 semestrais

22.000

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. DEBÊNTURES

								Controla	dora	Consol	idado
				Tipo e		Vencimento	_	Saldo em	Saldo em	Saldo em	Saldo em
Ref.	Companhia	Emissão	Série	Forma	Data emissão	final	Taxa contratada	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
a)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	1.084.703	1.046.437
b)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	55.646	86.675
c)	Ecopistas	1a	2a	(i)	15/01/2011	abr/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	59.169	56.525
d)	Ecopistas	1a	3a	(i)	15/01/2011	jul/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	57.985	55.391
e)	Ecopistas	1a	4a	(i)	15/01/2011	out/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	56.798	54.255
f)	Ecoponte	1a	Única	(i)	19/11/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	239.765	230.903
g)	Eco050	1a	Única	(i)	02/03/2018	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	94.514	89.604
h)	Ecorodovias Concessões	2a	3a	(i)	15/10/2012	out/22	IPC-A + 5,35% a.a.	-	-	435.801	419.442
i)	Ecorodovias Concessões	6a	2a	(i)	14/12/2017	nov/22	110,25% do CDI	-	-	755.839	751.702
j)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	14/12/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	35.353	34.017
k)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	04/07/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	415.748	398.574
I)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	22/05/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	843.500	836.614
m)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	22/05/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	75.502	72.703
n)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	14/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	1.001.300	1.014.094
0)	Ecoporto Santos	2a	Única	(i)	27/06/2019	jun/21	CDI + 3,90% a.a.	-	-	67.735	66.787
p)	Ecoporto Santos	3a	Única	(i)	20/12/2019	dez/20	CDI + 1,75% a.a.	-	-	70.265	69.485
q)	Ecorodovias Infraestrutura	4a	Única	(i)	27/12/2018	dez/21	115,0% do CDI	150.541	149.563	150.541	149.563
								150.541	149.563	5.500.164	5.432.771
										_	
							Circulante	150.541	149.563	1.139.654	1.092.648
							Não Circulante	-	-	4.360.510	4.340.123

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de iuros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	9,85%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografária	Não
b) c) d) e)	92.500 92.500 92.500 92.500	(3.255) (3.255) (3.255) (3.255)	14,70% 14,83% 14,76% 14,66%	Anual Anual Anual Anual	Anual Anual Anual Anual Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não Não Não Não
f)	230.000	(15.246)	8,99%	Anual	Anual a partir de 2022	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
g)	90.000	(13.904)	13,20%	Semestral	Semestral	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e da Argovias Administração e Participações S.A.	Não
h)	400.000	(11.043)	11,33%	Anual	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não
i)	750.450	(1.977)	4,82%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografária	Não
j)	30.000	(87)	10,90%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografária	Não
k)	350.000	(1.972)	12,43%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografária	Não
I)	833.675	(3.937)	4,38%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
m)	66.325	(296)	10,61%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografária	Não
n)	1.000.000	(13.213)	6,03%	Semestral	No vencimento	Quirografária	Não
o)	130.000	(745)	6,27%	Semestral	Semestral a partir de 2020	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
p)	70.000	(543)	4,13%	No vencimento	No vencimento	Fidejussória adicional na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.	Não
q)	300.000 5.301.450	(2.907) (102.352)	4,69%	Semestral	Anual a partir de 2020	Quirografária	Não

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das debêntures no período está demonstrada a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Saldo no início do período	149.563	1.567.598	5.432.771	7.284.048
Adições/(Custos antecipados)	-	-	(13)	(48)
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 26)	978	23.365	128.508	143.346
Pagamento principal	-	-	(15.899)	(20.753)
Pagamento de juros	-	-	(45.203)	(11.125)
Saldo no fim do período	150.541	1.590.963	5.500.164	7.395.468
				
Circulante	150.541	1.442.409	1.139.654	3.287.414
Não circulante	-	148.554	4.360.510	4.108.054

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado						
	3	1/03/2021			31/12/2020		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total	
2022	1.002.019	(9.583)	992.436	1.022.237	(12.699)	1.009.538	
2023	1.395.483	(7.716)	1.387.767	1.385.917	(7.716)	1.378.201	
2024	1.409.074	(3.701)	1.405.373	1.395.157	(3.701)	1.391.456	
2025	252.274	(2.704)	249.570	246.182	(2.704)	243.478	
2026	57.646	(2.362)	55.284	56.265	(2.362)	53.903	
Posteriores a 2026	277.737	(7.657)	270.080	271.204	(7.657)	263.547	
· -	4.394.233	(33.723)	4.360.510	4.376.962	(36.839)	4.340.123	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia possui contratos com cláusulas ("covenants") atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecovias	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	< 3,5x > 2,0x	1,15 7,89
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Dívida líquida/Ebitda ajustado Dívida líquida Total/Ebitda ajustado	> 20% ≥ 1,20x < 4,0x ≤ 5,5x	41,00% 1,47 3,26 4,18
Ecorodovias Concessões	2 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda /Despesa financeira líquida	<u><</u> 3,75x > 2,0x	2,94 2,55
	4a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,5x	2,77 2,70
	6a	Dívida líquida/Ebitda ajustado Ebitda ajustado /Despesa financeira líquida	≤ 3,75x ≥ 2,0x	2,77 2,70
	7 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,77
	8a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,72
	9a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,72
	10 ^a	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 4,00x	2,72
Eco050	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida Patrimônio líquido/Passivo total Dívida Líquida/EBTIDA - ECS Consolidado	≥ 1,20x > 20% ≤ 4,00x	1,80 32,87% 2,77
Ecoponte	1 ^a	ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida PL Ajustado/Passivo Total	> 1,30x > 20%	2,66 31,26%

A Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas dos referidos contratos.

O covenants não financeiras prevê cláusula de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo prédefinido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	54	86	36,443	40,402
ar endamento.			30.113	10.102
Circulante Não circulante	54 -	86 -	20.320 16.123	23.412 16.990

A movimentação dos arrendamentos a pagar está demonstrada a seguir:

_	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
_				
Saldo no início do período	86	-	40.402	12.772
Adições	-	896	3.697	130.206
Encargos financeiros (vide Nota				
Explicativa nº 26)	1	10	2.022	2.226
Pagamento principal	(32)	(285)	(7.657)	(6.845)
Pagamento de juros	(1)	(10)	(2.021)	(2.231)
Saldo no fim do período	54	611	36.443	136.128

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. PARTES RELACIONADAS

		Ativ	0	Resultado	
Controladora	Natureza	Circulante	Não circulante Circulante Intangível		Receita Juros de mútuo
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul Concessionária do Rodoanel Norte S.A Ecorodoanel	Controlada direta Controlada indireta Controlada direta	331 61 80	- - -	- 183 -	- - -
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda.	Controlada direta	- 472	5.327	-	27
Total em 31 de março de 2021 Total em 31 de dezembro de 2020		<u>472</u> 373	5.327 5.304	183 715	150
Total em 31 de março de 2020		373	3.30+	172	55

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

			Ativo	Passivo	Resultado
Consolidado	Natureza	Circulante	Não circulante Intangível	Circulante	Receita de Locação de Imóveis
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB					
Transportadora Betumes Ltda.	Outras partes relacionadas	-	7.241	1.932	-
Consórcio Binário Porto de Santos	Outras partes relacionadas	-	310	-	-
Consórcio Alças da Ponte	Outras partes relacionadas	-	11.355	3.292	-
Consórcio BR050	Outras partes relacionadas	-	3.682	554	=
Consórcio Baixada Santista	Outras partes relacionadas	=	461	-	=
Crasa Infraestrutura e Itinera Construções Ltda.	Outras partes relacionadas	1	=	-	=
Total em 31 de março de 2021	·	1	23.049	5.778	_
Total em 31 de dezembro de 2020		1	165.956	9.888	-
Total em 31 de março de 2020				=	172

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No período findo em 31 de março de 2021, houveram as movimentações abaixo:

Renovação dos contratos de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas que a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta para todas as empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos é de R\$306.163, com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Assinatura de um novo contrato da controlada indireta Eco050 com o Consórcio BR 050, formado pelas partes relacionadas Itinera Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., para prestação de serviço de "Execução dos Serviços de Duplicação do KM 286+800 ao 309+400 da Rodovia BR-050/GO e Recuperação de Pavimento da Rodovia BR-050/GO do KM 95+700 ao 314+000. O preço global firmado é de R\$22.484 e o prazo final para execução destes serviços é 30 de janeiro de 2022.

Não houveram outras alterações significativas ou novas contratações de partes relacionadas no período findo em 31 de março de 2021.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas do grupo em 31 de março de 2021 estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/03/2021	31/12/2020
Ecorodovias Concessões Ecorodovias Infra Termares	Ecopistas Termares Ecoporto Santos	10/2010 11/2015 09/2015	03/2025 12/2021 12/2021	100% CDI + 1,20% a.a. 105,0% CDI 105,0% CDI	157.195 5.327 1.064 163.586	156.172 5.304 1.060 162.536
					103.500	102.530

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2021, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2021 em R\$14.955 (R\$13.297 para o período de 2020), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

_	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 25) Efeito do valor presente sobre	1.757.723	41.570	-	-	1.799.293
constituição (vide Nota Explicativa nº 25)	(361.198)	(9.498)	-	-	(370.696)
Realização da manutenção Ajuste a valor presente – realizações	(1.219.909)	-	(36.234)	-	(1.256.143)
(vide Nota Explicativa nº 26)	279.338	-	-	10.834	290.172
_	455.954	32.072	(36.234)	10.834	462.626
Circulante	262.142				258.696
Não circulante	193.812				203.930

19. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO

	31/12/2020	Efeito Financeiro (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2021
Constituição da provisão para obras futuras Efeito do valor presente sobre a constituição Realização da construção Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 26) Atualização Monetária	141.691 (20.454) (105.877) 19.267 5.088	- - - 1.234	- (357) - -	- - - 18	141.691 (20.454) (106.234) 19.285 6.322
	39.715	1.234	(357)	18	40.610
Circulante Não circulante	1.618 38.097				12.977 27.633

20. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO

a) Outorgas fixas e variáveis

	31/03/2021	31/12/2020
Parcelas:		
Variáveis	2.040	2.178
Fixas	1.040.744	995.038
Verbas/Taxas de fiscalização	5.535	5.951
Outras	202	194
	1.048.521	1.003.361
Circulante	94.488	93.086
Não circulante	954.033	910.275

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do período das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/03/2021	31/03/2020
Saldo no início do período	1.003.361	908.823
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	19.874	17.506
Intangível	645	599
Efeitos financeiros sobre direito de outorga (vide Nota		
Explicativa nº 26)	67.034	30.107
Pagamento do principal	(42.393)	(40.119)
Saldo no fim do período	1.048.521	916.916

b) <u>Outros compromissos relativos a concessões</u>

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2021, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

_	31/03/2021 (até o fim do prazo de concessão)						
_	Natureza dos custos						
	Melhorias na	Conservação especial					
_	infraestrutura	(manutenção)	Equipamentos	Total			
Ecovia	30.821	17.144	10.841	58.806			
Ecosul	52.301	150.986	40.615	243.902			
Ecovias	518.461	114.391	55.569	688.421			
Ecocataratas	42.683	75.525	10.096	128.304			
Ecopistas	52.277	566.782	255.055	874.114			
ECO101	1.347.303	651.510	385.974	2.384.787			
Ecoponte	224.298	185.074	93.990	503.362			
Eco050	522.177	1.519.083	15.354	2.056.614			
Eco135	860.194	1.098.318	52.849	2.011.361			
Ecovias do Cerrado	772.464	1.565.401	103.010	2.440.875			
Total	4.422.979	5.944.214	1.023.353	11.390.546			

21. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ato reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de marco de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão.

Em paralelo tramita, na SNPTA e na ANTAQ, pedido do Ecoporto Santos para instauração de arbitragem contra a decisão de denegação, pela ANTAQ, por meio da Resolução nº 7.549 e do Acórdão nº 14-2020, de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m²) comparada àquela prevista no edital (170.000 m²) do Contrato.

b) Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Acórdão 883/2020 - TCU

Em de abril de 2020, a Concessionária tomou conhecimento do Acórdão nº 883/2020 emitido pelo Tribunal de Contas da União em face da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no âmbito da Tomada de Contas nº 020.982/2019-7, em que há determinações referentes ao Contrato de Concessão do Polo Rodoviário de Pelotas, concedido à controlada indireta Empresa Concessionária de Rodovia do Sul S.A ("Ecosul"), sem que esta seja parte no referido processo.

O órgão de controle, mediante requisição do Congresso Nacional, instaurou a fiscalização do Contrato de Concessão perante a ANTT para apuração de eventuais irregularidades na composição do valor nominal da tarifa de pedágio, considerada excessiva pelos Deputados Federais signatários.

No Acórdão, o TCU apontou indícios de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de: (i) suposta superestimativa da tarifa de pedágio ocasionada pela majoração dos valores cobrados por veículos pesados, aprovada pela ANTT em 2013 por ocasião da celebração do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão; (ii) aumento de tráfego observado a partir das obras de duplicação da BR-392/RS, entre Pelotas e Rio Grande, executadas com recursos federais, que teria gerado distorções no cálculo da indução de tráfego realizada para incorporação do trecho pelo 4º Aditivo; (iii) reequilíbrios concedidos pela ANTT como forma de compensar os efeitos da Lei dos Caminhoneiros (Lei nº 13.103/2015), relacionados ao aumento da tolerância de carga nas rodovias e isenção de pagamento de eixos suspensos, sem a realização de ações de fiscalização que pudessem atestar o valor da real perda de receita das Concessionárias; (iv) suposta baixa execução dos serviços de recuperação do pavimento no ano de 2018 e; (v) supressão de 166,5 km na BR-293(no segmento entre Pelotas e Bagé) e acesso aos Molhes da Barra na BR 392, concluindo-se por recomendar à ANTT que não proceda com a inclusão de novos investimentos no contrato que possam acarretar em incremento de tarifa e/ou prorrogação do prazo da Concessão.

A ANTT apresentou pedido de reexame ao TCU, que foi julgado improcedente em fevereiro de 2021 (Acórdão 170/2021-PL). Segundo o Tribunal, a ANTT deverá reavaliar a tarifa de pedágio quanto ao cálculo de reequilíbrio pertinente à alteração do fator multiplicador que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

redundou na majoração dos valores cobrados para veículos pesados. A Agência Reguladora apresentou recurso de embargos de declaração, no qual sustenta contradição na decisão do TCU e reforça que a metodologia de reequilíbrio aplicada obedeceu as diretrizes contratuais e normativos vigentes. O processo aguarda o julgamento dos embargos opostos pela ANTT. A Concessionária estuda o ingresso no feito e eventual judicialização da matéria.

Pavimento

Em 19 de maio de 2020 a Agência Nacional de Transportes Terrestres concluiu a apuração dos investimentos em recuperação e manutenção de pavimento pertinente ao cronograma de obras realizados no ano de 2018. A partir de então, a Agência Reguladora passou a adotar um novo entendimento quanto ao critério de fiscalização e aceitação das obras incluídas pelo 6º Aditivo ao Contrato, passando a exigir o atendimento integral ao projeto executivo aprovado no ano de 2014, independentemente do atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados no aditivo.

Como consequência da aplicação desse novo entendimento, a Agência Reguladora publicou em 02/09/2020 as Portarias nº 072/2020 e 076/2020, aplicando retroativamente o novo critério de apuração para as obras que haviam sido realizadas e aceitas em 2017 e 2016, respectivamente, o que implicou na postergação desses investimentos para o período anual de 2020. Seguindo a nova diretriz de fiscalização, os investimentos em recuperação e manutenção realizados no ano de 2019 também foram postergados para o período anual de 2020, por meio da Portaria nº 077/2020, publicada em 03/09/2020.

A adoção desse novo entendimento acarretou no apontamento de altos percentuais de inexecuções das obras realizadas entre os anos de 2016 a 2019, independentemente de seu atendimento aos parâmetros de desempenho pactuados, cujas postergações poderão impactar negativamente a tarifa básica de pedágio em -3,17%. Também foram emitidas penalidades em face da Concessionária em relação às inexecuções do cronograma de obras de 2018, no valor de R\$ 1.510.155,15, às inexecuções do cronograma de obras de 2019, no valor de R\$ 2.334.060,30 e descumprimento do projeto executivo no valor de R\$ 614.300,40, cujas defesas ainda serão analisadas pela Agência reguladora.

A Concessionária apresentou manifestações contrárias ao entendimento apresentado pelas respectivas Portarias ANTT e seus reflexos, as quais não foram aceitas pela Agência Reguladora. Ato contínuo, em março de 2021 a ANTT consolidou os efeitos desse novo entendimento no processo de revisão tarifária do corrente ano, para que seja aplicado o desconto de 3,17% na tarifa básica de pedágio. A Concessionária contestou o entendimento adotado pela ANTT no processo de revisão tarifária, que aguarda análise e conclusão pela Diretoria Colegiada da ANTT. Ademais, com o desfecho negativo da discussão na via administrativa e os potenciais impactos no processo de revisão tarifária, a Concessionária ajuizou em 22/03/2021 ação judicial em face da ANTT (Processo nº 1015421-95.2021.4.01.3400) em que objetiva, cautelarmente, suspender as decisões emitidas pela Agência que concluem i) pela aplicação de desconto na tarifa básica de pedágio; ii) pela aplicação de penalidades iii) e pelo refazimento de obras, com base nessa alteração de entendimento. No mérito, a Concessionária requer a declaração de que as obras executadas atenderam as regras contratuais estabelecidas no 6º Termo Aditivo ao Contrato. O processo aguarda a apresentação de defesa pela ANTT, oportunidade em que o juízo competente se manifestará sobre o pedido liminar realizado pela Concessionária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 11 de abril de 2019, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na controlada indireta Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101") em Serra – ES, no âmbito da "Operação Infinita Highway".

De acordo com informações divulgadas pela Polícia Federal, a investigação foi realizada com o apoio do Tribunal de Contas da União e tem foco na apuração de eventuais irregularidades relacionadas a laudos técnicos sobre a situação de rodovia.

A Companhia instaurou uma investigação interna com o objetivo de apurar os fatos e contou com apoio externo profissional para os trabalhos. No relatório de avaliação forense, estes profissionais externos apontam que não constam documentos no inquérito que sustentem a tese de que funcionários da ANTT sabiam de supostas alterações realizadas pela Eco101 nos relatórios de monitoração, que a investigação não apresentou documentos que comprovem a suposta relação ilegal entre a Eco101 e representantes da ANTT, bem como que não constam provas de que os relatórios de monitoração supostamente alterados tenham sido utilizados para obtenção de financiamentos junto ao BNDES. Adicionalmente, a Companhia e seus assessores jurídicos e financeiros estudaram, estabeleceram e contabilizaram passivo da melhor avaliação para realização de cálculo de valores relativos a penalidades e multas relacionadas a descontos tarifários ("Fator D"), sobre um cenário de que as supostas alterações tenham sido realizadas nos relatórios de monitoração, que resultam no valor devido de R\$72.614, conforme Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras de 2020.

O inquérito policial encontra-se em andamento perante a Polícia Federal, sem previsão de término, em relação ao qual a Companhia estuda a possibilidade de transacionar com o Ministério Público e demais autoridades competentes a fim de encerrar o caso de forma definitiva.

22. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS - CONSOLIDADO

A movimentação da provisão nos períodos é conforme segue:

_	Ambientais (a)	Cíveis (b)	Trabalhistas (c)	Tributárias (d)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	65.004	129.629	36.762	7.663	239.058
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	-	1.962	447	105	2.514
(-) Pagamentos	-	(1.147)	(3.177)	(3)	(4.327)
(+) Atualização monetária	223	2.192	1.150	22	3.587
Saldos em 31 de março de 2021	65.227	132.636	35.182	7.787	240.832

(a) Processos ambientais

As suas controladas possuem outros processos de natureza ambiental que totalizam, em 31 de Março de 2021, o montante de R\$2.776 (R\$2.773 em 31 de dezembro de 2020), avaliadas como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor provisionado corresponde principalmente a ação civil pública, da controlada Ecovias dos Imigrantes, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Companhia não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 9 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Foi interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando a correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação dos juros de mora. Em 29 de março de 2019, diante da decisão que reconheceu que a correção monetária foi considerada no valor já depositado e delimitou a data para a aplicação do juros, a Ecovias realizou o depósito complementar de R\$ 6.522. Em 31 de Dezembro de 2014, em razão da probabilidade de perda provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 31 de março de 2021, incluindo o valor do depósito complementar de R\$ 6.522, é de R\$ 61.998 (R\$61.783 em 31 de dezembro de 2020), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

(b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$675.857 em 31 de março de 2021 (R\$1.041.419 em 31 de dezembro de 2020), oriundas de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

A principal causa classificada como provável, ou seja, com constituição de provisão é da controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Interpusemos Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, apresentamos recurso, pendente de julgamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2021, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$48.288 (R\$45.709 em 31 de dezembro de 2020), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

(d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de março de 2021, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$281.519 (R\$223.794 em 31 de dezembro de 2020), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social e reservas de lucros

Para o trimestre findo em 31 de março de 2021, a Companhia não apresentou movimentações de capital social e reservas de lucros.

b) Reestruturação societária Primav Infraestrutura

Conforme fato relevante, divulgado em 11 de março de 2021, ocorreu o "first closing" da operação da reestruturação societária da controladora Primav Infraestrutura S.A., sendo que nesta data ocorreu a cisão parcial da Primav, com a versão de 232.504.226 ações ordinárias de emissão da Companhia para a Igli do Brasil Participações Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO

	31/03/2021	31/03/2020
Receitas com arrecadação de pedágio Receitas de construção Receitas portuárias Receitas acessórias Receitas logística Receita bruta total	829.298 169.553 128.926 25.593 7.351 1.160.721	779.136 202.027 86.563 24.989 7.216 1.099.931
Deduções de receita Deduções do reconhecimento da receita Receita líquida	(101.668) (53.179) 1.005.874	(89.928) (39.977) 970.026
Base de cálculo de impostos Receitas com arrecadação de pedágio Receitas portuárias Receitas logística Receitas acessórias e intercompany	31/03/2021 829.298 128.926 7.351 25.593 991.168	31/03/2020 779.136 86.563 7.216 24.989 897.904
Deduções Cofins (i) PIS (ii) ISS (iii) Outros – ICMS Dedução do reconhecimento da receita Abatimentos	(41.550) (9.120) (50.604) (3) (53.178) (392) (154.847)	(35.891) (7.778) (45.639) - (39.977) (620) (129.905)

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

_	Controladora		Consolidado	
_	31/03/2021	31/03/2021 31/03/2020		31/03/2020
Pessoal	3.814	3.911	104.075	97.857
Conservação e manutenção e outros	6	-	41.285	32.875
Serviços de terceiros (i)	1.807	5.836	63.580	59.006
Seguros	294	295	5.576	4.426
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	19.874	17.506
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa				
nº 18)	-	-	32.072	31.068
Custo de construção de obras	-	-	169.553	202.027
Depreciações e amortizações (vide Nota				
Explicativa nº 11 e 12)	155	419	154.300	125.845
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	324	15	3.553	4.133
Outros custos e despesas operacionais	230	285	24.362	23.591
_	6.630	10.761	618.230	598.334
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	557.076	527.561
Despesas gerais e administrativas	6.630	10.761	61.154	70.773
-	6.630	10.761	618.230	598.334
	•			

<sup>i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
iii. Alíquota de média de 5,0%.</sup>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	27	321	7.479	19.268
Juros sobre mútuos	27	55	-	-
Atualização monetária de créditos fiscais	-	80	575	923
Atualização monetária venda Elog	780	1.079	780	1.079
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	7.807	-
Outras	7	30	674	1.347
	841	1.565	17.315	22.617
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(834)	(20.656)	(62.362)	(95.883)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(20.404)	-	(50.576)	(27.121)
Variação monetária sobre debêntures	` <u>-</u>	-	(61.575)	(41.108)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(144)	(2.709)	(4.571)	(6.355)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(67.034)	(30.107)
Ajuste a valor presente – provisão de manutenção e provisão de				
obras futuras	=	=	(10.852)	(10.133)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e				
financiamentos	-	-	(3.508)	(342)
Juros capitalizados	-	-	15.479	12.029
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(56)	(90)	(2.240)	(2.917)
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	-	(80)	(3.587)	(2.804)
Juros sobre arrendamentos – CPC 06 (R2)	(1)	(10)	(2.022)	(2.226)
Outras	(1.850)	(936)	(8.607)	(8.730)
	(23.289)	(24.481)	(261.455)	(215.697)
Resultado financeiro, líquido	(22.448)	(22.916)	(244.140)	(193.080)

27. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro básico – resultado do período Lucro diluído – resultado do período	0,16 0,16	0,18 0,18
Lucro básico – resultado de operações continuadas Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,16 0,16	0,18 0,18
a) <u>Lucro básico por ação</u>		
	31/03/2021	31/03/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	87.985	99.839
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	87.985	99.839
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas Média ponderada das ações em tesouraria	558.699 (713)	558.699 (713)
Média ponderada das ações en tesodiana Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	557.986	557.986
Lucro básico por ação - R\$ Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,16 0,16	0,18 0,18

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Lucro diluído

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	87.985	99.839
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	87.985	99.839
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação Plano Executivo de opção de compra de ações	557.986 -	557.986 106
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	557.986	558.092
Lucro diluído por ação - R\$	0,16	0,18
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,16	0,18

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
_	31/03/2021 31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
				_
Dívida (i)	1.414.362	1.393.012	9.662.439	9.501.878
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações				
financeiras – conta reserva	(5.152)	(5.818)	(1.670.240)	(1.469.708)
Dívida líquida	1.409.210	1.387.194	7.992.199	8.032.170
Patrimônio líquido (ii)	144.166	56.181	144.166	56.181
Índice de endividamento líquido	9,77	24,69	55,44	142,97

- (i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15, 16 e 20.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo.
- Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 99,8% do CDI em 31 de março de 2021 (102,5% em 31 de dezembro de 2020), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nos 14, 15, 16 e 20.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2021 são como segue:

_	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos: Caixa e bancos (ii) Clientes (i) Aplicações financeiras e aplicações financeiras – conta reserva (ii)	Valor justo através do resultado Custo amortizado Valor justo através do resultado	20.769 227.449 1.649.471	20.769 227.449 1.649.471
Passivos: Fornecedores (i) Empréstimos e financiamentos (iii) Debêntures (iii) Arrendamentos a pagar(iii) Obrigações com Poder Concedente (iv) Phantom Stock Option (v)	Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado Custo amortizado	131.579 3.077.311 5.500.164 36.443 1.048.521 10.573	131.579 2.977.713 4.740.100 36.443 1.048.521 10.573

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (iii) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que está se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pósfixadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valeres expresses em milhares de regis - Ref. execto quando indici-

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2021, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$121.713 (R\$96.867 em 31 de dezembro de 2020), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

	Próximos	Entre 13 e	Entre 25 e	37 meses
Modalidade	12 meses	24 meses	36 meses	em diante
Debêntures	1.874.716	1.285.387	1.565.707	3.176.194
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	144.964	138.430	135.593	1.159.976
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	45.470	45.174	44.495	558.034
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	8.968	8.968	8.968	132.276
Obrigações com Poder Concedente	86.285	90.768	95.483	5.103.152
Finame	45	26	-	-
Notas Promissórias	1.385.082	-	-	-
Cédula de Crédito Bancária - CCB	254.975	_	_	_
Arrendamentos a pagar	8.623	3.111	840	3.549
	3.809.128	1.571.864	1.851.086	10.133.181

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pósfixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do USD, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

	_	Juros a incorrer		
		Cenário I	Cenário II	Cenário
<u>Operação</u>	Risco	provável	-25%	III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	53.469	66.836	80.204
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(294.287)	(316.869)	(339.346)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(234.156)	(240.162)	(246.140)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(2.426)	(3.033)	(3.640)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(14.040)	(14.803)	(15.566)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(106.419)	(150.361)	(201.445)
Juros sobre NP (Nota Promissória) (a)	Alta do CDI	(177.157)	(190.933)	(204.703)
Juros a incorrer, líquidos	<u>-</u>	(775.016)	(849.325)	(930.636)
	_			

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	4,42%	5,53%	6,63%
IPCA (b)	3,72%	4,65%	5,58%
TJLP (c)	5,00%	6,25%	7,50%

Fonte: Relatório da Consultoria 4E - Março/2021.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel, Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03, EIL04, Argovias Participações e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "Holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

d) Logística

A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. O Ecopátio voltou a ser consolidado a partir de 01 de janeiro de 2019.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/03/2021	31/03/2020
Concessões rodoviárias	87,50%	90,32%
<i>"Holding"</i> e serviços	6,63%	5,77%
Portos	5,28%	3,34%
Logística	0,59%	0,58%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de março de 2021. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/03/2021
es	Consolidado

Balanço Patrimonial	Concessões Rodoviárias	Portos	Logística	<i>Holding</i> e serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo _	10.175.535	472.351	78.566	7.911.365	(7.292.885)	11.344.932
Ativo circulante	1.586.058	83.850	22.307	778.633	(526.770)	1.944.078
Ativo não circulante	8.589.477	388.501	56.259	7.132.732	(6.766.115)	9.400.854
Passivo	10.175.535	472.351	78.566	7.911.365	(7.292.885)	11.344.932
Passivo circulante	1.503.268	223.188	3.353	1.387.004	(526.771)	2.590.042
Passivo não circulante	4.874.959	119.420	1.577	4.504.190	(889.422)	8.610.724
Patrimônio líquido	3.797.308	129.743	73.636	2.020.171	(5.876.692)	144.166

31/03/2021

						31/03/2021
				Holding e		
Resultado	Concessões	Portos	Logística	serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	948.738	57.263	6.357	71.875	(78.359)	1.005.874
Custo dos serviços prestados	(522.024)	(38.667)	(4.666)	(37.723)	46.004	(557.076)
Lucro bruto	426.714	18.596	1.691	34.152	(32.355)	448.798
Despesas gerais e administrativas	(55.526)	(9.984)	(1.512)	(21.920)	27.788	(61.154)
Amortização de investimentos	-	-	-	(1.200)	1.200	_
Outras receitas/despesas	605	642	119	184	(183)	1.367
Equivalência patrimonial	-	=	-	258.175	(258.175)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
do resultado financeiro	371.793	9.254	298	269.391	(261.725)	389.011
Resultado financeiro	(157.767)	1.518	(12)	(87.879)	-	(244.140)
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
dos impostos	214.026	10.772	286	181.512	(261.725)	144.871
Imposto de renda e contribuição					,	
social	(70.484)	(135)	_	13.733	-	(56.886)
Resultado das operações	,	, ,				, ,
continuadas	143.542	10.637	286	195.245	(261.725)	87.985
Resultado das operações					, ,	
descontinuadas	_	_	_	_	-	_
Lucro líquido/(Prejuízo) do período	143.542	10.637	286	195.245	(261.725)	87.985

31/12/2020

	Concessões			Holding e		
Balanço Patrimonial	Rodoviárias	Portos	Logística	serviços	Eliminações	Consolidado
Ativo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Ativo circulante	1.331.609	61.052	18.683	851.320	(512.576)	1.750.088
Ativo não circulante	8.534.248	388.629	57.448	6.806.333	(6.443.106)	9.343.552
Passivo	9.865.857	449.681	76.131	7.657.653	(6.955.682)	11.093.640
Passivo circulante	1.478.446	209.964	1.451	1.341.415	(512.577)	2.518.699
Passivo não circulante	4.791.668	120.610	1.330	4.489.824	(884.672)	8.518.760
Patrimônio líquido	3.595.743	119.107	73.350	1.826.414	(5.558.433)	56.181

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

						31/03/2020
				Holding e		
Resultado	Concessões	Portos	Logística	serviços	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	934.497	34.543	5.959	59.674	(64.647)	970.026
Custo dos serviços prestados	(506.192)	(30.479)	(4.005)	(34.138)	47.253	(527.561)
Lucro bruto	428.305	4.064	1.954	25.536	(17.394)	442.465
Despesas gerais e administrativas	(49.193)	(12.586)	(999)	(29.867)	21.872	(70.773)
Amortização de investimentos	<u>-</u>	_	_	(6.847)	6.847	-
Outras receitas/despesas	1.724	8	69	175	(172)	1.804
Equivalência patrimonial	-	-	_	317.628	(317.628)	-
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
do resultado financeiro	380.836	(8.514)	1.024	306.625	(306.475)	373.496
Resultado financeiro	(111.685)	(5.339)	16	(76.072)	-	(193.080)
Lucro/(prejuízo) operacional antes						
dos impostos	269.151	(13.853)	1.040	230.553	(306.475)	180.416
Imposto de renda e contribuição social	(89.877)	1.764	(308)	12.720	(4.876)	(80.577)
Resultado das operações continuadas	179.274	(12.089)	732	243.273	(311.351)	99.839
Resultado das operações descontinuadas	-	-	-	-	-	_
Lucro/(prejuízo) líquido do período	179.274	(12.089)	732	243.273	(311.351)	99.839

30. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - CONSOLIDADO

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transação que não envolvem caixa

No período findo em 31 de março de 2021, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Transação	31/03/2021	31/03/2021
Direito de uso - CPC 06 (R2)	-	3.697

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Edital de Concessão 01/2021 - Agência Nacional de Transportes Terrestres

Em 29 de abril de 2021, a Companhia, através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços ("ECS") foi classificada em primeiro lugar, por meio do Consórcio Eco153 o qual é constituído pela ECS com 65% de participação e pela GLP, por meio da sua controlada GLP X Participações S.A., com 35% de participação, na Concorrência Internacional referente ao Edital de Concessão 01/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), para exploração por 35 anos da BR-153/414/080/TO/GO, no trecho da BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança de Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); no trecho da BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); no trecho da BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), totalizando 850,7 km, conforme edital.

A classificação deu-se em razão do menor Valor da Tarifa de Pedágio apresentada, correspondente a R\$0,10218, com deságio de 16,25% sobre a tarifa teto estabelecida pela ANTT e do maior Valor de Outorga, correspondente a R\$320.000.

Após os prazos para interposição de recursos referentes aos documentos apresentados, haverá a homologação e adjudicação do resultado do leilão pela ANTT com a consequente convocação para a assinatura do contrato de concessão.

Termo Aditivo e Modificativo ao Contrato de Concessão - Ecovias dos Imigrantes

Em 30 de abril de 2021, a Companhia comunicou ao mercado, através de fato relevante que, após tratativas entre o Governo do Estado de São Paulo ("Poder Concedente") e a controlada Ecovias do Imigrantes ("Concessionária"), o Poder Concedente publicou no Diário Oficial que, em 30 de abril de 2021, celebrou com a Concessionária, com a interveniência e anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP", e, em conjunto com Poder Concedente e Concessionária, "Partes"), o Termo Aditivo e Modificativo nº 18/2021 ("TAM nº 18/2021") ao CONTRATO 007/CR/1998 ("Contrato de Concessão").

O TAM nº 18/2021 tem por objetivo fixar as premissas, inclusive de natureza financeira, que nortearão a celebração de um novo e subsequente termo aditivo e modificativo ("TAM Definitivo"), o qual, por sua vez, terá por finalidade o equacionamento das seguintes discussões entre as Partes: (i) encerramento de conflitos judiciais atualmente existentes entre as Partes; (ii) recomposição, por meio da extensão de prazo do Contrato de Concessão, de eventos de desequilíbrios reconhecidos pela ARTESP ("Passivos Regulatórios"); (iii) inclusão, ao Contrato de Concessão, de novos investimentos necessários à prestação do serviço público; (iv) alteração do índice de reajuste tarifário para o IPCA, a partir de 1º de julho de 2021 (que considera a variação acumulada do IPCA de maio/20 a maio/21), inclusive; e (v) disciplina de novas premissas e condições para reequilíbrio contratual decorrentes de eventos futuros ("Acordo").

No que diz respeito à extinção de conflitos judiciais referentes à execução contratual, o TAM nº 18/2021 inclui a ação judicial nº 1045799-02.2014.8.26.0053 ("Ação Anulatória"), que visa à anulação do Termo Aditivo e Modificativo nº 10/2006 ("TAM nº 10/2006"), que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

prorrogou o prazo contratual, de maio de 2018 para março de 2024, a título de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

Para o encerramento da Ação Anulatória no âmbito do TAM Definitivo, o desequilíbrio, que havia sido objeto do TAM nº 09/2006, foi recalculado pela ARTESP considerando as premissas estipuladas exclusivamente para fins de celebração do TAM Definitivo de TIR contratual de 20,59867% acrescido do tráfego real, que resultou em valor de R\$ 891,4 milhões, na data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, a ser equacionado mediante (i) pagamento ao Poder Concedente, por parte da Concessionária, por ocasião da celebração do TAM Definitivo, do valor de R\$ 613,0 milhões, (ii) abatimento da diferença de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão dos investimentos voltados para a conservação especial do sistema rodoviário para todo o período prorrogado de concessão, e (iii) manutenção do prazo contratual previsto no TAM nº 10/2006.

Como demonstração do firme compromisso da Concessionária em celebrar o TAM Definitivo e como contrapartida ao futuro encerramento da Ação Anulatória, a Concessionária antecipadamente depositará no âmbito do TAM nº 18/2021 o montante de R\$ 613,0 milhões em uma conta garantia de sua titularidade em banco de primeira linha, sendo que o Governo do Estado de São Paulo apenas estará autorizado a levantar esse valor se e quando for celebrado o TAM Definitivo.

Com relação à recomposição da equação econômico-financeira do Contrato de Concessão, em que serão considerados os Passivos Regulatórios e os novos investimentos a serem incorporados ao Contrato de Concessão, estima-se que, no caso de o TAM Definitivo vir a ser celebrado, o Contrato de Concessão terá o seu prazo estendido até março de 2033, considerando projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme aferição do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

Merecem destaque as seguintes diretrizes do TAM nº 18/2021:

- Desequilíbrio decorrente da depreciação e Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo:
- (i) Depreciação: apurada até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M;
- (ii) Passivos Regulatórios não especificados nos itens abaixo: apurados até o ano atual do Contrato de Concessão, aplicando-se TIR de 20,59867% + IGP-M.
- O somatório dos desequilíbrios de ambos os itens "i" e "ii", acima, será corrigido a partir do ano atual e reequilibrado a partir de março de 2024, aplicando-se TIR de 16,58% + IGP-M. Desequilíbrio a partir de 2018 decorrente da aplicação de reajuste parcial nos anos de 2013 e 2014:

TIR contratual de 20,59867% + IGP-M ao ano até maio de 2024, inclusive; e

TIR de 8,2% + IGP-M, a partir de junho de 2024, para efeito de reequilíbrio, que se dará via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Desequilíbrio pela diferença entre os índices IGP-M e IPCA, entre julho de 2014 e julho de 2020:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

TIR de 12,5%+ IGP-M, conforme TAM 15/2011;

Cálculo do desequilíbrio devido à redução tarifária acumulada desde 2014 e até julho de 2020, que representa o percentual de 10,9367% sobre a base tarifária, considerando o tráfego real estimado até 28/03/2024, será reequilibrado via extensão de prazo e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal.

- Novos investimentos Conservação especial durante o período de extensão do prazo contratual, os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária através de duas medidas: (i) abatimento do valor citado acima, de R\$ 278,4 milhões, data-base de julho/20 e ano 23 do Contrato de Concessão, do valor do desequilíbrio devido à CONCESSIONÁRIA pela inclusão desses investimentos, e (ii) reequilíbrio do saldo do desequilíbrio devido à Concessionária via extensão de prazo, com TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 842,5 milhões, data base de julho de 2020, distribuídos até 2033, e será confirmado para a assinatura do TAM Definitivo.
- Novos investimentos Obras de melhorias e de aumento de capacidade entre o km 59 e o km 65 da SP 150 Conexão Porto/Cidade Santos (2ª fase do Sistema Binário), os quais devem ser reequilibrados a favor da Concessionária:

Reequilíbrio via extensão de prazo, TIR de 7,65% + IGP-M e metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O valor deste investimento está estimado em R\$ 254,3 milhões, data base de julho de 2020 e será confirmado para assinatura do TAM Definitivo.

- Novos investimentos - Obras de melhorias do trecho urbano de São Vicente no valor aproximado de R\$44 milhões sem reequilíbrio a favor da Concessionária.

No que diz respeito a eventos de desequilíbrio não contemplados ou posteriores a assinatura do TAM Definitivo, o TAM nº 18/2021 estipulou que a quantificação e recomposição desses desequilíbrios deverão observar a metodologia de fluxo de caixa marginal. Essa disciplina será confirmada no TAM Definitivo.

A Companhia reforça que o Acordo apenas se tornará eficaz mediante a celebração do TAM Definitivo, tendo o TAM n^o 18/2021 a natureza de ajuste preliminar e preparatório para esse novo e subsequente aditamento.

Emissão de debêntures - Ecovias dos Imigrantes

Em 06 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controlada Ecovias do Imigrantes, aprovou a 3ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição da controlada. Serão emitidas 600.000 debêntures ao valor unitário de R\$1, totalizando R\$600.000. As referidas debêntures serão remuneradas a taxa de CDI + 1,05% a.a. O prazo de vencimento do valor principal será de 12 meses e o pagamento da remuneração será realizado semestralmente em duas parcelas, sem carência, ambos a partir da data de emissão.

Em 10 de maio de 2021, ocorreu a liquidação das referidas debêntures e o valor foi alocado na conta garantia no âmbito do TAM nº 18/2021, descrito acima.